

<b>Título:</b>	8.	Modelos
<b>Capítulo:</b>	13.	Documentos de instrução de processos (instituições de pagamento)
<b>Seção:</b>	30.	Declarações
<b>Subseção:</b>	2.	Declaração e autorizações – administradores eleitos

---

## DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÃO

DECLARAÇÃO DO ELEITO OU NOMEADO
---------------------------------

Eu, ... (nome do eleito ou nomeado), CPF ..., tendo sido eleito ou nomeado para compor o(a) ... (citar o órgão estatutário) do(a) ... (citar a instituição), conforme o(a) ... (especificar o ato societário que deliberou a eleição ou nomeação), DECLARO ao Banco Central do Brasil que:

I - sou residente no País (no caso de diretor e de sócio-administrador); e

II - somente tomarei posse no cargo após ter constituído procurador residente no País, nos termos do art. 146, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976 (somente para os eleitos para o conselho de administração de sociedades por ações, que tenham residência ou domicílio no exterior);

II – constituí procurador residente no País, nos termos do art. 146, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976 (somente para conselheiros de administração com mandato vigente em sociedades por ações, que tenham residência ou domicílio no exterior, em processo de autorização para funcionamento).

2. DECLARO, ainda, em relação às condições para o exercício do cargo para o qual fui eleito ou nomeado, especificadas nas questões de que tratam os incisos I a VII, o seguinte:

### Observações:

No caso de resposta afirmativa para qualquer um dos itens seguintes, registrar, no campo “Ocorrências”, a natureza e a situação da ocorrência, bem como, se for o caso, justificativa para que os fatos não sejam considerados como restritivos para o cumprimento das condições regulamentares estabelecidas, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente.

Devem ser incluídas todas as ocorrências, independentemente de sua relevância.

No caso de ocorrências de mesma natureza relativas ao item III e a processos administrativos punitivos instaurados pelo Banco Central do Brasil, as justificativas poderão ser apresentadas em bloco.

No caso de resposta negativa, registrar no campo “Ocorrências”, a expressão “nada a declarar”.

I - está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim ( ) Não ( )

**Título:** 8. Modelos  
**Capítulo:** 13. Documentos de instrução de processos (instituições de pagamento)  
**Seção:** 30. Declarações  
**Subseção:** 2. Declaração e autorizações – administradores eleitos

---

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

II - está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou administrador nas instituições de pagamento, instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

III - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

IV - está declarado falido ou insolvente?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

V - controlou ou administrou, nos dois anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

**Título:** 8. Modelos  
**Capítulo:** 13. Documentos de instrução de processos (instituições de pagamento)  
**Seção:** 30. Declarações  
**Subseção:** 2. Declaração e autorizações – administradores eleitos

---

VI - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo criminal ou inquérito policial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

VII – responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

#### AUTORIZAÇÃO DO ELEITO OU NOMEADO

3. AUTORIZO, nos termos do art. 19, inciso IV, da Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018, ou do art. 12, inciso IV, da Instrução Normativa BCB nº 38, de 3 de novembro de 2020, conforme o caso, o Banco Central do Brasil a ter acesso a informações a meu respeito, durante o processo de aprovação e o período de exercício do cargo, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais, para uso exclusivo do Banco Central do Brasil em seus processos de autorização, monitoramento e supervisão.

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E ASSINATURA DO ELEITO OU NOMEADO

4. ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando o Banco Central do Brasil, desde já, autorizado a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade nas declarações, a omissão de informações ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos ou dados apurados na análise poderá acarretar o indeferimento do pleito ou a posterior revisão da decisão de aprovação, consoante o previsto no art. 50, incisos II e III, e no art. 51, inciso III, da Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018, e no art. 27, inciso III, do Anexo III à referida circular, conforme o caso, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

Local e data

**Título:** 8. Modelos  
**Capítulo:** 13. Documentos de instrução de processos (instituições de pagamento)  
**Seção:** 30. Declarações  
**Subseção:** 2. Declaração e autorizações – administradores eleitos

---

Nome e assinatura do eleito ou nomeado

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
--

5. O(A) ... (citar a instituição de pagamento), inscrita no CNPJ ..., responsabiliza-se pela veracidade das declarações prestadas pelo eleito ou nomeado e DECLARA:

- a) ter conhecimento dos requisitos legais e regulamentares a que o eleito ou nomeado está sujeito para o exercício do cargo, bem como das hipóteses de inelegibilidade; e
- b) ter feito pesquisas a respeito do eleito ou nomeado em sistemas públicos e privados de cadastros e informações e que ele cumpre os requisitos legais e regulamentares necessários para o exercício do cargo.

Local e data

Nome e cargo do(s) signatários(s)

(Obs.: a declaração deve ser firmada por administradores da instituição cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou contrato social).